



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.938,6 milhões, superior 2,8% em relação a 2017 (R\$1.885,3 milhões).

RESULTADO

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2018 encerrou com índice de 13,4% (14,5% em 2017).

Em Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da Intermediação Financeira	1.303.185	1.421.049
Despesas da Intermediação Financeira	(938.486)	(962.018)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	364.699	459.031
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(91.688)	(78.461)
Resultado Operacional	273.011	380.570
Resultado Não Operacional	948	18.391
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	273.959	398.961
Imposto de Renda e Contribuição Social	(155.649)	(332.089)
Participações Estatutárias no Lucro	(9.232)	(2.365)
Lucro Líquido	109.078	64.507

Receitas da Intermediação Financeira

O resultado das rendas das operações de crédito decresceu 14,3%, encerrando o exercício de 2018 com R\$367,6 milhões (R\$433,2 milhões em 2017), impactado pela redução do volume de aplicação na carteira comercial e de fomento.

Em 2018, o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$881,1 milhões (R\$958,9 milhões em 2017), resultando em uma queda de 8,1%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$719,7 milhões (R\$794,4 milhões em 2017), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$161,4 milhões (R\$164,6 milhões em 2017).

As operações com TVM permanecem representando as maiores receitas da intermediação financeira, alcançando no exercício 67,6% de participação nessas receitas (em 2017 representou 67,5%).

Despesas da Intermediação Financeira

Estas despesas apresentaram decréscimo de 2,5% motivado, principalmente, pela redução de 37,2% na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

As despesas com operações de Empréstimos e Repasses é o item de maior participação no grupo de despesa da Intermediação Financeira, com 63,0%. Em 2018, a elevação de 24,8%, foi derivada principalmente pelo pagamento ao Tesouro Nacional do montante de R\$65,5 milhões, referente à remuneração do Instrumento Elegível a Capital Principal (IECP), remanescente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 conforme processo de conciliação que ocorreu tendo como mediadora a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia Geral da União.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços (com tarifas bancárias) apresentaram crescimento de 7,2% (R\$50.771). Foram impactadas, principalmente, pelas rendas de administração de fundos (FNO) em razão do maior volume de repasses de recursos.

Outras Receitas Operacionais

As receitas operacionais apresentaram crescimento de 5,1%. Os principais impactos foram:

- Reclassificação contábil das rubricas de provisão ativos atuariais - Contrato TI (R\$ 21,6 milhões) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$ 13,6 milhões);
- Reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas no exercício de 2018, no valor de R\$110,9 milhões;
- Recuperação de operações do FNO - redução de 45,3%.

DESPESAS

A conta de Despesas de Pessoal vem decrescendo desde 2016, tendo como principal causa o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI. No exercício de 2018 reduziu 3,9%, passando de R\$543,0 milhões em 2017 para R\$522,1 milhões em 2018.

Em 2018, a conta de Despesas Administrativas apresentou crescimento de 6,1% quando comparado ao mesmo período de 2017. Os desembolsos com comunicação, processamento de dados, e amortização foram os itens que apresentaram elevação.

O registro das doações aos Fundos dos Direitos dos Idosos e Fundos das Crianças e Adolescentes, que totalizaram R\$1,8 milhões (Lei nº 12.213/2010 - Estatuto do Idoso; e Instrução Normativa SRF nº 267/2002 - Criança e Adolescente), contribuíram também para essa elevação. Vale registrar o benefício fiscal decorrente da ação, espelhado em rubrica específica.

A conta de Outras Despesas Operacionais apresentou elevação de 7,7%. As maiores participações para o aumento foram:

- Atualização monetária das parcelas securitizadas recebidas de clientes e repassadas posteriormente ao Tesouro;
- Reclassificação contábil das rubricas de provisão para grade de perdas e provisão dos títulos e créditos a receber - contrato PET migradas do passivo para o ativo como contas retificadoras;
- Elevação da despesa de provisão do FNO (risco compartilhado), encerrando o exercício 2018 com R\$414,8 milhões de PCLD-FNO (R\$401,1 milhões em 2017).

Imposto de Renda e Contribuição Social

As atividades do Banco, do exercício de 2018, geraram uma arrecadação para a União, na forma de imposto de renda e contribuição social, de R\$145,7 milhões (331,4 milhões em 2017). Desse total, já foram antecipados R\$147,6 milhões.

Lucro Líquido

O Banco da Amazônia apresentou lucro líquido de R\$109,1 milhões, no exercício de 2018 (R\$64,5 milhões em 2017). Isso permitiu uma distribuição de:

- **Juros Sobre Capital Próprio (JCP)** - R\$41,8 milhões correspondendo a 40% do lucro líquido ajustado (R\$18,6 milhões em 2017, correspondendo a 30% do lucro líquido ajustado);
- **Participação nos lucros (empregados e administradores)** - R\$9,2 milhões (R\$2,4 milhões em 2017);
- **Reservas de Lucros (Legal e Estatutária)** - R\$68,2 milhões (R\$46,7 milhões em 2017).

CRÉDITO - FOMENTO

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. É administrado pelo Banco da Amazônia que tem a missão de contribuir com a redução das desigualdades regionais. Os recursos do Fundo, administrados pelo Banco, constituem-se como instrumentos estratégicos em períodos de dificuldades econômicas, pois têm a função de resolver falhas de mercado do sistema financeiro, gerar demanda por financiamento para o crescimento de setores-chaves da economia regional.

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, tem como premissa em sua atuação, promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, através da utilização dos recursos de sua carteira de fomento, tendo como principal fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Os financiamentos concedidos através das fontes de fomento utilizadas pelo Banco da Amazônia têm contribuído, decisivamente, para a criação de novas oportunidades de trabalho, a inclusão social, o fortalecimento da